

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.619.307 - SP (2016/0210405-6)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : UNIÃO  
**RECORRIDO** : HILDA FAVA PEREIRA  
**ADVOGADO** : ALESSANDRO RODRIGO THEODORO - SP168723  
**INTERES.** : JURANDIR RIBEIRO PEREIRA

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, com fundamento no art. 105, III, **a**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"DIREITO CIVIL. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INOMINADO. ART. 557, CPC. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. PENHORA DE VALORES VA BANCENJUD. MEAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA. MONTANTE DESVIADO NÃO UTILIZADO EM BENEFÍCIO DO CASAL. SUCUMBÊNCIA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O artigo 557 do Código de Processo Civil é aplicável quando existente jurisprudência dominante acerca da matéria discutida e, assim igualmente, quando se revele manifestamente procedente ou improcedente, prejudicado ou inadmissível o recurso, tendo havido, na espécie, o específico enquadramento do caso no permissivo legal, conforme expressamente constou da respectiva fundamentação.

2. A Corte Superior, competente para dizer acerca da interpretação definitiva sobre o direito federal, decidiu que é possível a monocrática, no sentido do provimento de recursos, nas mesmas condições previstas para a negativa de seguimento, ou seja, inclusive com base na '**jurisprudência dominante do respectivo tribunal**' (artigo 557, *caput*, CPC). Ademais, não se exige, pois, que exista jurisprudência da Suprema Corte, desde que a jurisprudência do Tribunal, a que vinculado o relator, ou sobretudo do Superior Tribunal de Justiça, como é o caso, seja dominante no exame do direito discutido, como manifestamente ocorre no caso concreto, a partir do que revelado pelos precedentes enunciados.

3. Acerca do artigo 557 do Código de Processo Civil, já decidiu o Supremo Tribunal Federal pela constitucionalidade do julgamento monocrático terminativo.

4. Caso em que a execução foi ajuizada contra Jurandir Ribeiro Pereira, sendo penhorado ativo financeiro, no valor de R\$ 28.162,51, em conta bancária de titularidade do executado e sua esposa, a qual, como terceira, embargou a execução.

4. A Súmula 251/STJ, embora literalmente apenas trate da execução fiscal (*'A meação só responde pelo ato ilícito quando o credor, na execução fiscal, provar que o enriquecimento dele resultante aproveitou ao casal'*), é aplicável ao presente caso, em razão da regra geral do regime de bens, que define a responsabilidade patrimonial por dívidas contraídas na constância da sociedade conjugal. Prevê, especificamente, o artigo 1.659 do Código Civil, que devem ser excluídas da comunhão, regime adotado pela embargante e pelo executado, *'IV - as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal'*.

5. Caso em que a execução refere-se à dívida com o Tesouro Nacional, em virtude da não aprovação de contas, pelo Tribunal de Contas da União, relativa a valores repassados através do convênio MARA/SDR 80/1995, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, destinado à Associação de Citricultores da Região de Turmalina/SP. A condenação executada foi imposta pelo acórdão 711/2001-TCU-2ª Câmara, no valor de R\$ 63.000,00, acrescido de multa de R\$ 5.000,00.

6. A sentença julgou improcedentes os embargos, por considerar ser da embargante o ônus da prova de que o valor exigido não aproveitou ao casal, o que, porém, contraria a jurisprudência consolidada.

7. Tratando-se de prova negativa não poderia o ônus probatório recair sobre a embargante.

8. As obrigações provenientes de atos ilícitos, atribuídos ao marido, não se comunicam ao patrimônio da embargante, *'salvo reversão em proveito do casal'*, mediante prova do fato a cargo da embargada. A embargante alegou que a verba, supostamente desviada, foi usada na festa de peão de Turmalina/SP (f. 93). Cabia, então, à embargada provar, em favor de sua pretensão, que os valores foram desviados em proveito do casal, requerendo, por exemplo, a demonstração da origem dos recursos bloqueados na conta bancária do casal, ou outra prova pertinente, o que não foi feito, limitando-se a AGU a alegar ser da embargante o ônus da prova da ilegalidade da constrição.

9. A penhora ocorreu no interesse do exequente em garantir a satisfação do crédito, de modo que se houve a constrição de bem não pertencente ao executado e, para a defesa de sua propriedade, houve dispêndio na contratação de defesa técnica, tem-se firmada a relação

de causalidade e responsabilidade processual. O fato do executado possuir conta-conjunta com outra pessoa, não revela qualquer irregularidade e, de forma alguma, autoriza o deslocamento ou alteração da responsabilidade processual pela sucumbência.

10. Recurso desprovido" (fls. 176/178e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, rejeitados nos seguintes termos:

"DIREITO CIVIL. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA. PENHORA DE VALORES VIA BANCENJUD. MEAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA. MONTANTE DESVIADO NÃO UTILIZADO EM BENEFÍCIO DO CASAL. CASAMENTO. REGIME DE COMUNHÃO DE BENS. CÓDIGO CIVIL DE 1916. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. Manifestamente improcedentes os presentes embargos de declaração, pois não se verifica qualquer omissão no julgamento impugnado, mas mera contrariedade da embargante com a solução dada pela Turma que, à luz da legislação aplicável, ressaltou que *'a sentença julgou improcedentes os embargos, por considerar ser da embargante o ônus da prova de que o valor exigido não aproveitou ao casal, o que, porém, contraria a jurisprudência consolidada'*, e decidiu expressamente que *'Tratando-se de prova negativa não poderia o ônus probatório recair sobre a embargante. a teor do que já decidiu esta Turma'*.

2. Quanto à questão da sucumbência, decidiu o acórdão que *'a penhora ocorreu no interesse do exequente em garantir a satisfação do crédito, de modo que se houve a constrição de bem não pertencente ao executado e, para a defesa de sua propriedade, houve dispêndio na contratação de defesa técnica, tem-se firmada a relação de causalidade e responsabilidade processual. O fato do executado possuir conta-conjunta com outra pessoa, não revela qualquer irregularidade e, de forma alguma, autoriza o deslocamento ou alteração da responsabilidade processual pela sucumbência'*.

3. Embora o regime do casamento entre a embargante e o executado, celebrado em 09/07/1972 seja o universal, deve ser observado o inciso VI do art. 263 do Código Civil de 1916 então em vigor, o qual exclui da comunhão as obrigações provenientes de atos

ilícitos. Tratando-se de negócio jurídico bilateral, celebrado anteriormente à vigência do atual Código Civil, é assegurada a eficácia residual das normas sobre o regime de bens, a teor do que decidido pela jurisprudência.

4. Tendo sido celebrado o casamento na vigência do Código Civil de 1916, em regime de comunhão universal de bens, fica excluída da comunhão a obrigação proveniente de ato ilícito praticado por um dos cônjuges, salvo se houver proveito ao outro, sendo do credor o ônus da prova, conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça.

5. Não houve qualquer omissão no julgamento impugnado, revelando, na realidade, a articulação de verdadeira imputação de erro no julgamento, e contrariedade da embargante com a solução dada pela Turma, o que, por certo e evidente, não é compatível com a via dos embargos de declaração.

6. Para corrigir suposto *error in iudicando*, o remédio cabível não é, por evidente, o dos embargos de declaração, cuja impropriedade é manifesta, de forma que a sua utilização para mero reexame do feito, motivado por inconformismo com a interpretação e solução adotadas, revela-se imprópria à configuração de vício sanável na via eleita.

7. Embargos de declaração rejeitados" (fls. 192/193e).

A recorrente alega ofensa aos arts. 264, 265 e 1.659 do Código Civil, assim como arts. 20 e 535, I e II, do CPC/73, sob o argumento de que:

"Ora, o v. aresto, no caso em tela, deixou o E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região de se pronunciar acerca da questão de que, em se tratando de conta-conjunta, podem ambos os correntistas usufruir da totalidade do valor depositado, sem a anuência ou autorização por parte de outro correntista, o que possibilitaria a incidência da constrição judicial recair sobre o saldo total, nos termos dos arts. 265 e 265 do Código Civil.

Demonstrada a negativa de prestação jurisdicional e consequentemente a contrariedade ao art. 535 do CPC, impõe-se a anulação do v. acórdão que rejeitou os embargos declaratórios, a fim de que outro seja proferido.

(...)

Ora, no caso em tela, tendo os cônjuges contraído matrimônio em 1972, e havendo o v. acórdão do Tribunal de Contas da União que embasa a execução sido proferido tão somente no ano de 2011,

certamente trata-se a condenação nele imposta de dívida passiva posterior ao casamento, e, portanto, comunicável ao outro cônjuge, não se podendo assim afastar a meação da embargante.

(...)

Por esse motivo, vem a União requerer que se reconheça a possibilidade da penhora sobre a integralidade do valor bloqueado, já que se trata de dívida comum do casal, com a reforma do v. aresto recorrido.

### 3. Da ofensa aos arts. 264e 265 do Código Civil

A seguir, ressaltamos que, ao entender pela inadmissibilidade de penhora sobre a totalidade dos valores constantes da conta-conjunta do casal, incidiu o v. aresto ainda em ofensa aos dispositivos do Código Civil que tratam da regulamentação das obrigações solidárias, regulamentação essa que deve ser aplicada a esse tipo de conta.

Deveras, conforme entendimento predominante na doutrina, cada um dos titulares de conta-corrente conjunta é credor de todo o saldo depositado, de forma solidária, solidariedade esta que se estabelece pela própria vontade das partes ao optarem por essa modalidade de depósito bancário.

Sendo, portanto, todo o montante depositado nessa espécie de conta de propriedade integral de cada um dos correntistas, não há que se falar em meação do cônjuge do executado, razão pela qual é plenamente admissível a penhora sobre a integralidade do valor nela depositado.

### 4. Da ofensa ao art. 20 do Código de Processo Civil

Por fim, caso não sejam acolhidas as ponderações acima elencadas, o que se admite apenas *ad argumentandum tantum*, vem a União requerer seja afastada sua condenação ao pagamento de verba honorária, uma vez que não deu causa à sucumbência.

De fato, ao requerer a penhora de ativos financeiros em nome do executado por meio do sistema BACENJUD, não tinha a União como prever que haveria penhora de conta-conjunta, aplicando-se, portanto, o princípio da causalidade e a súmula 303 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

Em decorrência da aplicação de tal princípio, por não ter a União dado causa à oposição dos presentes embargos de terceiro, vez que não podia prever a circunstância de os valores penhorados estarem depositados em conta - conjunta, não poderá ela arcar com a verba honorária correspondente, motivo pelo qual merece o v. aresto reforma também neste ponto" (fls. 203/213e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 197/2014e), foi o recurso admitido pelo Tribunal de origem (fls. 225/226e).

Sem razão a parte recorrente.

Em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Quanto à presente controvérsia, o Tribunal de origem reformou a sentença que julgara improcedentes os Embargos à Execução, opostos pela parte ora recorrida, por entender que "cabia, então, à embargada provar, em favor de sua pretensão, que os valores foram desviados em proveito do casal, requerendo, por exemplo, a demonstração da origem dos recursos bloqueados na conta bancária do casal, ou outra prova pertinente, o que não foi feito, limitando-se a AGU a alegar ser da embargante o ônus da prova da ilegalidade da constrição" (fl. 171e).

Consignou, ainda, que "a penhora ocorreu no interesse do exequente em garantir a satisfação do crédito, de modo que se houve a constrição de bem não pertencente ao executado e, para a defesa de sua propriedade, houve dispêndio na contratação de defesa técnica, tem-se firmada a relação de causalidade e responsabilidade processual. O fato do executado possuir conta-conjunta com outra pessoa, não revela qualquer irregularidade e, de forma alguma, autoriza o deslocamento ou alteração da responsabilidade processual pela sucumbência" (fls. 174/175e).

No julgamento dos Embargos de Declaração, foi esclarecido o seguinte:

"Cumpre apenas ressaltar que, embora o regime do casamento entre a embargante e o executado, celebrado em 09/07/1972 (doc. f. 9) seja o universal, deve ser observado o inciso VI do art. 263 do Código Civil de 1916 então em vigor, o qual exclui da comunhão as obrigações provenientes de atos ilícitos. Tratando-se de negócio jurídico bilateral, celebrado anteriormente à vigência do atual Código Civil, é assegurada a eficácia residual das normas sobre o regime de bens, a

teor do que decidido pela jurisprudência pertinente:

TJ-PR -AC 8524472, Relator Desembargador Albino Jacomel Guerios, DJ 19/07/2012: 'EMBARGOS DE TERCEIRO. MEAÇÃO. CASAMENTO REALIZADO QUANDO DA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS. EXCLUSÃO DA OBRIGAÇÃO PROVENIENTE DE ATO ILÍCITO. CÓDIGO CIVIL DE 2002. ARTIGO 2.029 QUE ASSEGURA A EFICÁCIA RESIDUAL DAS NORMAS SOBRE O REGIME DE BENS PARA OS CASAMENTOS ANTERIORES À VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO. EMBARGOS DE TERCEIROS ACOLHIDOS INTEGRALMENTE. APELAÇÃO PROVIDA.'

Assim, tendo sido celebrado o casamento na vigência do Código Civil de 1916, em regime de comunhão universal de bens, fica excluída da comunhão a obrigação proveniente de ato ilícito praticado por um dos cônjuges, salvo se houver proveito ao outro, sendo do credor o ônus da prova, conforme entendimento consolidado no Superior Tribunal de Justiça" (fls. 189/190e).

No mérito, "de acordo com a jurisprudência do STJ, não havendo a comprovação de que o débito tenha sido adquirido em prol da unidade familiar, nos termos consignados pela instância de origem, deve-se resguardar do produto da alienação em hasta pública os valores correspondentes à meação do cônjuge alheio ao feito executivo. Confirmam-se: REsp 1.677.889/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/5/2018, DJe 29/5/2018; AgInt no AREsp 1.127.248/PE, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, julgado em 28/11/2017, DJe 6/12/2017; AgRg no Ag 1.277.577/RS, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 20/11/2012, DJe 30/11/2012; REsp 789.285/MG, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, julgado em 19/11/2009, DJe 14/12/2009" (STJ, AgInt no REsp 1.510.058/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 21/10/2019).

Assim, tem-se que, não obstante seja possível o bloqueio da integralidade da conta-corrente conjunta, compete ao credor a demonstração de que o valor executado decorrente do ato ilícito, teria beneficiado o casal, hipótese que, segundo o Tribunal **a quo**, não teria sido efetuada pela recorrente. Desse modo, deve ser resguardada a meação porquanto o credor deixara de cumprir seu ônus probatório.

Nesse sentido, "a meação da mulher só deve responder pelos atos ilícitos levados a cabo pelo cônjuge quando houver prova de que se beneficiou com o produto oriundo da infração, devendo-se ressaltar que o ônus da prova é do credor" (STJ, REsp

641.400/PB, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ de 01/02/2005).

Por fim, é cediço no âmbito desta Corte Superior que qualquer conclusão em sentido contrário ao entendimento adotado pelo Tribunal de origem, no que tange ao princípio da sucumbência ou da causalidade, demandaria o revolvimento do contexto probatório dos autos, providência vedada em sede de especial a teor da Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, **conheço parcialmente** do Recurso Especial, e, nessa parte, **nego-lhe provimento**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que o Recurso Especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do CPC/73, tal como dispõe o Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC").

I.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora